

As marcas da loucura no cárcere: uma leitura do arquivo do Museu das Bandeiras (Cidade de Goiás, Brasil)¹

Rildo Bento de Souza²

The marks of madness in prison: a reading of the archive of the Museum of Flags (Goiás city, Brazil)

Introdução

Falar sobre a loucura no Museu das Bandeiras (MuBan) é falar sobre algo que está presente, mas não está visível. Não é uma ausência, nem um apagamento ou um silenciamento. Esse assunto está impregnado no prédio, está gritando no arquivo, está entrelaçado em toda a dimensão física e simbólica do museu. Porém, ainda não ganhou a dimensão do visível, ainda não está na expografia, não está nos trabalhos acadêmicos... Nesse sentido, este artigo trata-se de leituras possíveis sobre esse tema em um museu que é um lócus privilegiado para se discutir este assunto. E como abordaremos o período em que o atual museu era cadeia, ou seja, anterior à década de 1950, referirei aos indivíduos acometidos por doenças mentais como loucos, pois é o termo que aparece nos documentos e nos prontuários médicos da época.

O MuBan é uma das principais instituições museais da região central do Brasil. Criado em 1949 e aberto ao público em 1954, foi o segundo museu implantado no Estado de Goiás e o primeiro da Cidade de Goiás, que, em 2001, viria a se tornar Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O MuBan está instalado no prédio inaugurado em 1766 para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia. Foi o único edifício erguido a partir de uma planta projetada em Portugal. A Cidade de Goiás, por sua vez, inicialmente denominada Arraial de Santana, foi fundada na década de 1720 pelos bandeirantes que descobriram jazidas de ouro nas proximidades. Em 1736, foi elevada à condição de vila administrativa, com o nome de Vila Boa de Goiás. Até 1748, quando foi criada a Capitania de Goiás, toda a região pertencia administrativamente à Capitania de São Paulo. Ademais, foi capital da Capitania, da Província e do Estado até 1937, quando perdeu o título para a recém-construída Goiânia. É do início do processo de colonização do território central do Brasil que se originou o

¹ Artigo produzido durante o estágio pós-doutoral realizado na Universidade Lusófona entre agosto de 2022 e julho de 2023, sob a supervisão do Prof. Dr. Mário Caneva Moutinho.

² Bacharel, licenciado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Possui pós-doutorado em Museologia pela Universidade Lusófona-PT. Professor Associado do curso de Museologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFG) e do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). ORCID: 0000-0003-1437-9595, rildobento@gmail.com

nome da instituição, Museu das Bandeiras, embora a sua expografia e a reserva técnica não se restrinjam apenas a esse período histórico. Há, por exemplo, entre as mais de 500 peças do seu acervo, urnas funerárias indígenas, arte sacra, mobiliário, vestuário, armamentos, utensílios, dentre outros.



Figura nº 1: Museu das Bandeiras. Fonte: Suzi Rodrigues, 2021.

O arquivo do MuBan, por sua vez, possui uma das mais “importantes fontes de documentação sobre a administração pública da Região Centro-Oeste nos períodos colonial e imperial. O acervo referente ao período republicano [...] é também de uma riqueza excepcional” (Montiel, 1977, p. 14). Atualmente, possui 25,72 metros lineares de documentação referente ao período colonial, 177,82 metros lineares sobre o período imperial e 110 metros lineares sobre o período republicano (Nepomuceno; Boita, 2020, p. 7).

E neste artigo pretendo analisar as marcas deixadas no prédio, provavelmente pelos indivíduos lá presos, a partir do arquivo da instituição, que guarda essas vozes que precisam ser, mais que ouvidas, problematizadas em exposições, principalmente as relacionadas às lutas do Movimento Antimanicomial. Dentre as várias memórias possíveis que a história do MuBan encerra, desde 1766, quando foi inaugurado, até 1949, quando deixou de ser cadeia, privilegiamos, neste artigo, os loucos, ou indivíduos classificados como tal. São pessoas cujas histórias merecem sair daquilo que Michael Pollak (1989, p. 8) denominou de “zonas de sombra”, que é o que existe entre as “lembranças de uns e de outros” e que são permeadas por “silêncios e ‘não-ditos’”. Porém, trata-se de um passado vivo, posto que também se encontra encrustado não somente nas paredes, mas no prédio como um todo. Para isso, dividimos o artigo em duas partes, na primeira, analisamos os museus como um espaço de memória da loucura; e, na segunda, aprofundamos nas marcas da loucura a partir do arquivo do MuBan. O objetivo principal encontra-se na possibilidade de problematizar essas questões visando à construção de futuras exposições.

Os museus como um espaço de memória da loucura

Os espaços prisionais, como a Casa de Câmara e Cadeia da Cidade de Goiás, que hoje abriga o MuBan, quando entendidos como patrimônio cultural, também “podem ser lidos como patrimônios dissonantes, carregados de embates éticos, oscilando entre tentativas de preservação e a condenação ao esquecimento” (Borges, 2018, p. 312). Nesse sentido, são espaços de dor e sofrimento que abrigam uma imensa carga traumática, para os que lá foram prisioneiros, e tentativas de, senão esquecer, ao menos ressignificar tais espaços, como o que pressupomos que ocorreu no MuBan. A instituição é, antes de tudo, um lugar de memória, partindo aqui de Pierre Nora (1993), onde se entrelaçam história e memória numa articulação que encerra camadas e camadas de intensas disputas de subjetividades.

Os quase 200 anos em que o prédio do MuBan foi cárcere deixaram no espaço marcas que o remetem a dor, sofrimento, injustiça, revolta, sentimentos que emergem, por exemplo, na leitura das cartas dos prisioneiros (dos raros que sabiam escrever), como sugeriu o artigo de Rildo Bento de Souza e Milena Tavares (2022). E são esses sentimentos que fizeram com que o MuBan se tornasse um espaço de disputa entre o que é apreendido da sua arquitetura punitiva e o que a exposição de longa duração tenta costurar. Há que se considerar que a exposição do MuBan privilegia uma narrativa de colonização do território goiano, partindo da contribuição dos indígenas, africanos (ambos em menor quantidade), e dos brancos europeus. Diante disso, Lara Claudino (2017, p. 37) questiona: o MuBan “é responsável por narrar a construção cultural da região, representando todo o ciclo do ouro e a história dos diversos grupos sociais locais (ou deveria?).” Em seu trabalho de mestrado Girlene Bulhões, por sua vez, reflete que:

“Museus instalados em Casas de Câmara e Cadeia (mas não apenas esses) que se ocupam da representação de memórias alheias às suas histórias passadas são um claro exemplo dessa sobreposição de memórias higienista. Em muitos casos, suas exposições ocupam celas e outros espaços nos quais transitaram homens e mulheres, dentro e fora da lei, que ali viveram partes de suas vidas e, por extensão, da vida de toda a sociedade local, sem que seja feita nenhuma referência a essas pessoas, ainda que os seus registros estejam preservados.” (Bulhões, 2017, p. 93)

Embora ainda estejam ausentes várias memórias possíveis das pessoas que tiveram suas vidas entrelaçadas à cadeia da Cidade de Goiás, há uma sala preservada, que outrora foi a enxovia e que, a não ser pela carretilha da forca, se encontra vazia. A enxovia é o “cárcere térreo ou subterrâneo, escuro, úmido e sujo” (Borba, 2011, p. 513). Nela, o espaço do cárcere permanece inalterado, com pouca luminosidade, nenhum tipo de comodidade, e que faz com que o visitante se sinta como quando aquele espaço abrigava dezenas de prisioneiros. A relação desses visitantes com o espaço da prisão, portanto, concentra-se na forma como apreendem a mediação dos servidores da instituição, que, por sua vez, o fazem de forma ampla, não detalhando, por exemplo, a questão dos loucos, cuja maioria, diferentemente dos outros prisioneiros, eram presos compulsoriamente naquele espaço.



Figura nº 2: Carretilha da força. Fonte: Suzi Rodrigues, 2021.



Figura nº 3: Enxovia. Fonte: Suzi Rodrigues, 2021.

Se não há, no MuBan, ainda nenhuma discussão sobre os loucos em sua expografia, em relação ao Brasil, existem alguns exemplos de instituições museais que surgiram a partir de hospitais psiquiátricos e hoje são considerados exemplos da luta antimanicomial. Nesse sentido, o museu deve possuir “relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida” (Moutinho, 1993, p. 8). Isso posto, o primeiro que trago como exemplo é o Museu de Imagens do Inconsciente, criado em 1952 pela psiquiatra alagoana Nise Magalhães da Silveira (1905-1999). O museu surgiu como “uma consequência natural dos trabalhos realizados nos ateliês de pintura e modelagem da Seção de Terapêutica Ocupacional” do Centro Psiquiátrico Nacional, em Engenho de Dentro, Rio de Janeiro (Dias, 2003, p. 61). Ademais, Nise da Silveira conseguiu mobilizar ampla discussões sobre o campo da saúde mental por meio de exposições das obras produzidas por seus

pacientes. O acervo da instituição possui mais de 450 mil obras, sendo considerada a maior do gênero em todo o mundo.

“As expressões plásticas dos alienados de Engenho de Dentro adquiriram o status de objetos preciosos porque, dentro da concepção forjada por Nise da Silveira, as imagens do inconsciente plasmadas naquelas obras eram retratos do psiquismo, do mundo interno do esquizofrênico. Nesse sentido, as obras eram testemunhos do processo psicótico em curso, podendo este ser melhor estudado quando as imagens produzidas por um mesmo paciente 60 eram colocadas em série. Algumas obras também possuíam valor estético inegável, o que contribuía para que aumentasse o sentido de preciosidade em torno da coleção que se formava”. (Dias, 2003, p. 59-60)

Ainda no Rio de Janeiro, o Museu Bispo do Rosario de Arte Contemporânea está localizado no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, também conhecido por Colônia. De acordo com o *site* da instituição,³ em 1952, foi criado um departamento de natureza museal para abrigar a produção artística de arteterapia. Inicialmente o setor recebeu o nome do médico português António Egas Moniz (1974-1955), criador da lobotomia. Nos anos 1980, com a condenação de procedimentos invasivos como a lobotomia e os avanços da Reforma Psiquiátrica, o museu recebeu o nome de Nise da Silveira. Em 2000, passou a se chamar Bispo do Rosario, em homenagem ao artista plástico sergipano Artur Bispo do Rosario (1909-1989), que ficou internado na instituição, entre idas e vindas, durante 49 anos e que deixou uma vasta obra reconhecida nacional e internacionalmente.

“Ainda dentro desta proposta, em 2002, o nome do museu foi alterado mais uma vez, passando a se chamar Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea e houve uma tentativa de desvincular a produção artística que circulava no museu do campo da loucura e da saúde mental. Deste modo, no início dos anos 2000, a arte se estabeleceu como recurso e instrumento principal do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, sendo a realização de exposições e o desenvolvimento de oficinas estritamente artísticas suas principais atividades. No seio de um espaço outrora dominado pelas práticas e saberes *psi* tradicionais, nascia, assim, um museu dedicado à arte contemporânea. O projeto buscava, desta forma, o apagamento e a negação total do manicômio”. (Araújo; Fernandes, 2021, p. 80)

O Museu de Arte Osório Cesar, por sua vez, foi batizado com o nome do médico e crítico de arte que trabalhou mais de 40 anos no Hospital Psiquiátrico do Juquery, em Franco da Rocha, São Paulo. O paraibano Osório Thaumaturgo Cesar (1895-1979) foi um dos pioneiros nos estudos/usos da arte como recurso terapêutico em psiquiatria, e implementou atividades de estímulo à produção artística dos pacientes. O acervo possui mais de 8 mil obras, entre desenhos, pinturas, gravuras e esculturas e ganharam projeção nacional e internacional. Em 2015, por exemplo, 100 pinturas foram expostas na mostra “Histórias da Loucura”, no Museu de Arte de São Paulo, um dos mais importantes do país.⁴

³ Ver: <https://museubispodorosario.com/museu/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

⁴ Ver: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1648600-mostra-historias-da-loucura-no-masp-reve-arte-dos-alienados.shtml>. Acesso em: 16 jul. 2023.

A instituição teve duas fases distintas, a primeira foi quando um grupo de pesquisadores encontraram, em 1983, “obras armazenadas em condições extremamente precárias”. Esse grupo “realizou as primeiras atividades museológicas com o acervo, incluindo documentação e conservação das obras e impulsionou a criação do *Museu Osório Cesar*, em 1985”. Essa primeira fase durou até 2005, quando um incêndio de grandes proporções atingiu o hospital psiquiátrico e, embora não tenha afetado o museu e seu acervo, a instituição foi fechada por tempo indeterminado (Guimarães; Ribeiro, 2021, p. 13-14). A segunda fase começou em 2018, quando foi criado o Museu de Arte Osório Cesar, vinculado à Secretaria de Cultura da Prefeitura de Franco da Rocha. O acervo da instituição conta com mais de 8.500 obras, entre desenhos, pinturas e esculturas.

Há, por fim, iniciativas interessantes sobre a relação entre arte, loucura e museologia, como, por exemplo o Núcleo Transdisciplinar Arte e Loucura Tania Mara Galli Fonseca (NutaL) do Rio Grande do Sul. Trata-se de um programa de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que surgiu a partir de uma parceria com a Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro. “O Programa visa explorar e desconstruir as fronteiras entre Arte e a Loucura a partir das suas relações com a memória, a política, a história, a estética e outras perspectivas transdisciplinares”, incluindo a Museologia.⁵ Há também, no Hospital Psiquiátrico São Pedro, o Acervo Memorial da Loucura, criado em 2002, com o objetivo de preservar e resgatar a história da instituição.⁶

“Os museus e coleções da loucura têm sido fundamentais para a produção de conhecimento em diversas áreas. Essa atividade criativa se originou nos porões dos hospícios e, através da conservação, organização, exposições e da documentação museológica veio abrir uma nova fronteira de diálogo entre a sociedade e os excluídos sob o estigma da loucura. O conhecimento das possibilidades expressivas e capacidades criativas de indivíduos que nunca tinham experimentado tais habilidades antes de adoecerem serviram para reverter a ideia de incapacidade, degeneração e ruína que sempre acompanham o diagnóstico de doença mental. Paralelamente, leituras e apropriações foram gerando conteúdos nos campos da ciência e da arte. Este último, impulsionado pelas enigmáticas qualidades presentes nas obras dos loucos e suas interligações com a arte dos povos antigos e das crianças incentivou a investigação das raízes do próprio processo criativo”. (Cruz Junior, 2016, p. 172)

Por fim, trago como exemplo o Museu da Loucura, que difere dos anteriormente citados por não ter o foco na produção artística dos internos. Ou seja, não se trata de um museu de arte e sim de um espaço museológico de denúncia que visa “preservar vestígios de um passado odioso da história da psiquiatria brasileira”; ademais, pensando “o patrimônio como uma atitude política, é possível entender os usos dessa memória como uma reverberação do presente, fruto de uma nova maneira de lidar com a loucura” (Borges, 2017, p. 106). Criado em 1996, o Museu da Loucura está localizado no antigo Hospital Colônia de Barbacena, atual Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais. Instituído em 1903, foi um dos principais manicômios do país. A instituição ganhou grande repercussão a partir do livro-reportagem da

⁵ Ver: <https://www.ufrgs.br/nutal/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

⁶ Ver: <https://1regiao.wordpress.com/xi-mostra-conjunta-de-museus/dsc01651-2/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

jornalista Daniela Arbex *Holocausto Brasileiro. Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*, lançado em 2013 e que denunciou os maus-tratos, superlotação e condições degradantes a que eram submetidos os internos no Hospital Colônia.

“A criação de um Museu nas dependências de um dos maiores hospitais psiquiátricos brasileiros possibilita perceber que memórias ligadas ao sofrimento vêm sendo utilizadas através de um discurso político que ao torná-las públicas procura provocar reflexão. O Museu, entendido como um lugar de memória, é resultado de uma vontade de memória, organizando o que deve ser lembrado de forma intencional e seletiva. Como alegoria do discurso da Reforma Psiquiátrica, o Museu atua através de um discurso apaziguador, para que ‘o passado de horrores e equívocos nunca volte a acontecer’”. (Borges, 2017, p. 118)

Com isso, tanto o Museu da Loucura, quanto os outros aqui abordados trazem novas possibilidades de se ressignificar um passado doloroso, seja por meio da exposição dos trabalhos artísticos dos internos, seja por meio da denúncia da forma como a loucura foi tratada até o início e consolidação da Reforma Psiquiátrica nas últimas décadas do século XX. E a cadeia, que hoje abriga o MuBan, foi, durante o final do XIX, até o seu fechamento, na década de 1950, o lugar da loucura na Cidade de Goiás.

As marcas da loucura: o arquivo do museu⁷

Em 1914, em sua mensagem anual apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, o então Presidente do Estado, que corresponde ao atual cargo de governador, Olegário da Silveira Pinto, ao elencar os vários problemas e as realizações do seu governo, afirmou no tópico sobre a polícia, que “nesta Capital não existe um estabelecimento onde possam ser internados os loucos. Como sabeis, esses infelizes são recolhidos á cadeia”. Mais adiante ainda sugeriu que o “Estado bem poderia entrar em accordo com a Directoria do Azylo de S. Vicente de Paula para ahi serem internados os loucos em pavilhões construídos para esse fim” (Mensagem..., 2004, p. 89-90).

Há que se ressaltar que data de 1852 a primeira instituição para alienados do Brasil, o Hospício Pedro II, localizado no Rio de Janeiro. Três anos depois, a Junta Administrativa do Hospital São Pedro de Alcântara, da Cidade de Goiás, “observava a possibilidade de enviar uma remessa de dementes para esse hospício” (Magalhães, 2014, p. 126). Ou seja, existia demanda, porém não havia, até então, um lugar destinado a esses indivíduos, que foram alocados na cadeia.

A inauguração, em 1909, do Asilo São Vicente de Paulo, construído pela Sociedade São Vicente de Paulo, tinha por objetivo abrigar os pobres, doentes e desvalidos que não tinham condições de se manterem. A gerência interna estava a cargo das Irmãs Dominicanas, que vieram diretamente da França para essa função. No entanto, o asilo não era exclusivamente para loucos; a instituição possuía uma heterogeneidade muito grande, seja em relação à idade, podendo variar de 6 meses a 115 anos, e doenças, desde loucos, sífilíticos, paraplégicos, asmáticos,

⁷ Parte da pesquisa desenvolvida nesse tópico foi aproveitada no capítulo intitulado “Pesquisa em História da Saúde e das Doenças: o Fundo Delegacia Especial de Polícia de Goyaz do Arquivo do Museu das Bandeiras”, a ser publicado no *e-book Histórias das doenças e da saúde: campos em expansões*, organizado pelos professores Éder Mendes de Paula e Raick Souza, com previsão de lançamento para outubro de 2023.

reumáticos, leprosos, dentre outros. E o asilo não conseguia absorver essa heterogeneidade de indivíduos que precisavam de auxílio.

Em 1935, houve um pedido formal das Irmãs Dominicanas à Junta Administrativa do Asilo para que a instituição proibisse o ingresso de pessoas acometidas de “lepra” e “loucura” (Souza, 2014, p. 130). É provável que tal pedido não tenha sido atendido, pois houve, posteriormente, o acolhimento de pessoas acometidas dessas doenças. Em 1937, por exemplo, o delegado pediu ao presidente da Junta Administrativa do Asilo que recebesse “Leonia de Souza Vellasco, mentecapta que não tem pessôas que possam trata-la convenientemente”, uma vez que se encontrava na Cadeia Pública. Ademais, a “mentecapta nada mais é que maníaca, capaz de prestar algum serviço ao Azilo, em troca dos benefícios que alli receber. Justo não é que esteja reclusa a uma Cadeia, lugar de criminosos, o que, em absoluto, não é”.⁸ O pedido foi aceito pelo asilo.

Não obstante, essas duas instituições – o asilo e a cadeia – representavam, durante as primeiras décadas do século XX, os dois lugares para se isolar a loucura na capital de Goiás. Um mantinha o discurso caritativo, enquanto o outro o discurso do poder. Enquanto um acariciava, o outro oprimia, mas no fim das contas, ambos encarceravam, e trabalhavam nos bastidores em comum acordo. Havia uma constante troca de comunicados entre o asilo e a delegacia; internos do asilo que não se comportavam bem eram mandados diretamente para a cadeia, quando muito, passavam antes pelo hospital; presos loucos com bom comportamento eram enviados ao asilo, pressupomos que como recompensa. Era uma relação muito próxima, e que ainda necessita de trabalhos mais aprofundados.

Ao escrutinar o arquivo do MuBan, o pesquisador há de encontrar indícios da existência de muitos indivíduos, que por não terem produzido nada escrito, suas vozes ressoam pela escrita de outros. Em 1936, por exemplo, o delegado informou ao comandante do Destacamento que dois cabos e dois soldados foram feridos “victimas da ira do louco Tertuliano Francisco de Assis que empunhando um revolver, retirado da cinta do cabo Castello, sem a sua percepção, provocou tal scena de sangue”. Ademais, “tendo, mesmo, sido baldados os esforços empregados pelos demais soldados que constituíam a guarda, no sentido de evitar aquelle acontecimento”. Ao final afirma que tomará providencias para que o tratamento dos feridos seja custeado pelo estado.⁹

Noutro passo, os que viviam na cidade e nos arredores podiam ser denunciados ao delegado, como o caso que aconteceu também em 1936, quando o fazendeiro Lindolpho Vellasco solicitou ao delegado que Benedicta de Souza, considerada louca, fosse “detida de vên na Cadeia”, pois mesmo já tendo sido diversas vezes recolhida a Cadeia Pública, “acontece, porem, que ao ser ella posta em liberdade, dirige-se imediatamente á minha fazenda que dista daqui apenas 3 leguas, onde tem me proporcionado grandes prejuizos, destruindo tudo quanto encontra”; ademais, temia “o perigo de matar qualquer pessoa conforme já tem sido tentado pela mesma”.¹⁰

Em 1937, o delegado comunicou ao diretor-geral da Segurança Pública o estado “deplorável” da cadeia após os “estragos feitos pelos dois dementes a ella reclusos, o que

⁸ Museu das Bandeiras. Fundo Delegacia Especial de Polícia de Goyaz, doravante MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 4.

⁹ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 2.

¹⁰ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 1.

constitue eminencia de fuga, necessitando tambem do asseio em geral e concerto no telhado, que apresenta diversas goteiras, solicito a V. Excia. sejam procedidos com a maxima urgencia esses reparos extremamente regidos”.¹¹

A agressividade e a violência por parte de pessoas com doenças mentais são perfeitamente compreensíveis, principalmente não estando em tratamento e em um ambiente violento e repressivo, como a cadeia; porém, a violência por parte da polícia em relação a essas pessoas é inaceitável. E já o era em 1942, quando o comandante do Contingente comunicou ao delegado, dentre outras coisas, que repreendeu “severamente os soldados Benedito Moraes da Silva e Domingos Archanjo da Silva, pelas faltas que os mesmos cometeram por ocasião da prisão de um louco, não sendo aplicado maior corretivo a esses soldados, em obediência de vossa solicitação”.¹²

Como a cadeia pública não era o lugar ideal para abrigar os indivíduos considerados loucos, em 28 de novembro de 1942, uma circular do chefe de polícia, Antônio de Queiroz Barreto, direcionada ao delegado de polícia, afirmava que o Governo do Estado estava “empenhado em construir nesta Capital ‘A CASA DO ALIENADO’, estando já em entendimento com o Governo Federal para tal fim”, e necessitava fazer uma estatística para “poder apreciar o vulto do empreendimento”; nesse sentido, solicitava com urgência as seguintes informações:

- 1º- Existe, nesse municipio, alguma organização de ordem privada ou oficial, visando a assistência aos doentes mentais? Assistência social? Higiêne Mental? Escola para menores? Proteção aos mendigos?
- 2º- Qual o numero de doentes mentais assistidos em suas proprias casas?
- 3º- Existem doentes mentais em liberdade pelas ruas ou no meio rural?
- 4º- Há algum centro ou sociedade que pratique baixo espiritismo, misticas afro-brasileiras, catimbó, canjerê, etc? Havendo doentes mentais assistidos ou não, especificar o número e si possivel: a- sexo; b- cor; c- idade; d- nacionalidade; e- estado civil; f- profissão; g- tempo de duração da doença. “¹³

Interessante ressaltar a data do documento, 1942, mesmo ano do batismo cultural de Goiânia, ou seja, da sua inauguração oficial. Entretanto, as tratativas entre os governos federal e estaduais visando à construção de instituições psiquiátricas se acentuaram a partir de 1946, “para atender às demandas do Serviço Nacional de Doença Mental, cuja direção estava a cargo do psiquiatra Aduino Botelho” (Santos, 2020, p. 178-179).

No entanto, a partir de 1945, surgiu na documentação uma instituição chamada de Manicômio do Estado,¹⁴ que se localizava em Goiânia, para onde foram enviados os presos tidos como loucos ou dementes. A primeira que se tem notícia é de Izabel Gomes das Chagas, cujo pedido para transferência foi feito pelo Secretário de Estado do Interior, Justiça e Segurança

¹¹ MUBAN. FDEPG. Cx. 1. Env. 1. Doc. nº 14-43.

¹² MUBAN. FDEPG. Cx. 2. Envelope 1. Doc. nº 29.

¹³ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 5.

¹⁴ Infelizmente, não encontrei nas pesquisas sobre a loucura em Goiás, como a Paula (2011) e Santos (2020), nenhuma informação aprofundada sobre o Manicômio do Estado. Ambos exploraram o Hospital Aduino Botelho, inaugurado em 4 de abril de 1954, para onde, possivelmente, foram mandados vários desses indivíduos citados nesse tópico.

Pública.¹⁵ Ela foi de ônibus, com passagens solicitadas pelo delegado¹⁶ e escoltada por um sargento.¹⁷ Mesmo procedimento, também em 1945, foi adotado com o “preso Francisco de Assis Gomes, que está atacado de molestia mental” para que fosse encaminhado ao Manicômio.¹⁸ Porém, diferentemente da Izabel, ele foi escoltado por dois praças, no trajeto realizado de ônibus entre a antiga e a nova capital.¹⁹

Em 26 de maio de 1947, o delegado solicitou ao juiz a remoção do “demente furioso José Pereira da Silva, o qual para segurança vive encarcerado na ‘casa forte’, prisão úmida e sem higiene” para o manicômio de Goiânia. O documento também afirmava que ele se encontra doente, e que não havia verba para o seu tratamento. Ademais, ele apedreja a todos que passam pela rua.²⁰ A resposta do juiz veio rápida e, poucos dias depois, em 4 de junho, o delegado já estava a solicitar cinco passagens para Goiânia duas só de ida e três de ida e volta “para os presos José Pereira da Silva e Argemiro Ferreira Coêlho, que vão para o manicômio e penitenciária do Estado e tres escoltas”.²¹ Os policiais que foram escoltando levaram o despacho do juiz para o Secretário de Estado do Interior, Justiça e Segurança Pública.²²

Entretanto, nem sempre os pedidos precisavam passar pelo juiz, ainda em 1947, o delegado comunicou ao chefe da polícia o envio da “demente Sebastiana de Vasconcellos” para que fosse internada no Manicômio do Estado, “dado a falta de conforto e higiene em que se encontra a cadeia pública desta cidade”.²³ Ainda no mesmo ano, o Manicômio do Estado recebeu da Cidade de Goiás, para tratamento, “as dementes de nome, Martinha de tal e Maria de tal”.²⁴ Ainda no ano de 1947, houve dois pedidos de policiais para escoltarem dementes para o Manicômio do Estado.²⁵

Porém, no final da década de 1940, a estrutura da cadeia se deteriorou consideravelmente. Com a criação do Manicômio do Estado e da Penitenciária, ambos na nova capital, Goiânia, tanto o governo estadual quanto a prefeitura não quiseram se comprometer com a reforma do prédio da cadeia da Cidade de Goiás. Houve, até mesmo, propostas para a demolição do prédio. Nesse ínterim, vozes da cidade se levantaram, chamando a atenção para a riqueza e imponência do edifício que merecia ser ocupado por um museu (Bulhões, 2017, p. 92-93). Isso ocorreu por meio do Decreto Lei nº 394, de 3 de dezembro de 1949, que doou à União “o prédio e terrenos da Cadeia Pública da cidade de Goiás, de propriedade do Estado, a fim de que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [SPHAN] do Ministério da Educação e Saúde venha a criar e ali instalar o Museu Histórico do Estado de Goiás”.²⁶

A cadeia foi desativada no ano seguinte, 1950, para que o SPHAN pudesse realizar as reformas e adequações necessárias para abrigar o futuro museu. Porém, seis presos continuaram no local durante o ano inteiro, o que levou o imigrante russo e mestre de obras,

¹⁵ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 15.

¹⁶ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 16.

¹⁷ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 17.

¹⁸ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 18.

¹⁹ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 19.

²⁰ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 8.

²¹ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 9.

²² MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 10.

²³ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 11.

²⁴ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 12.

²⁵ MUBAN. FDEPG. Cx. 3. Env. 9. Doc. nº 13 e 14.

²⁶ MUBAN. Lei nº 394, de 3 de dezembro de 1949.

Dimitry Rechetnikow, responsável pela reforma, a solicitar ao então diretor do SPHAN, Rodrigo de Mello Franco de Andrade (1898-1969), a retirada dos presos, uma vez que eles causavam diversos problemas. Em uma das cartas, por exemplo, datada de 11 de outubro de 1950, o mestre de obras lamentava as “muitas dificuldades por causa dos presos não retirados” e que naquela noite um “preso louco encarcerado na futura sala de exposição A ateou fogo nas [...] lugares do assoalho, e nas paredes-forradas com [...] de madeiras, quebrou escada pendente, grade madeira, arrancou muitos [...] de assoalho”.²⁷ Somente em dezembro que todos os presos foram, finalmente, transferidos.



Figura nº 4: Pátio da Casa, 1949. Acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), digitalização do Arquivo Histórico do MuBan, 2012.

Na Figura 4, de 1949, nota-se a situação precária do prédio e dois possíveis prisioneiros. Mesmo passando por reformas, o prédio foi tombado em 1951, considerado “um dos melhores exemplos da arquitetura oficial civil portuguesa no Brasil, o mais significativo do Centro-Oeste”.²⁸ A abertura do museu ocorreu em 1954, e de lá para cá, revelou algumas, mas ainda há muitas outras histórias a revelar.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar, por meio da documentação do arquivo, a presença dos loucos na antiga Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga o MuBan. Mais do que trazer conclusões solidificadas, o intuito foi o de apresentar/sugerir indícios que possam ser usados/ressignificados em futuras exposições. Houve uma intensa ocupação da cadeia por parte de indivíduos considerados loucos e que foram aprisionados em condições altamente insalubres e sem nenhum tipo de tratamento adequado. Por meio dessa documentação, é possível, não somente fazer análises de cunho histórico, mas também conceber exposições museológicas, possibilitando o retorno àquele espaço – a cadeia – da memória daqueles que lá foram

²⁷ MUBAN. Carta de Dimitry Rechetnikow a Rodrigo Mello Franco datada de 11 de outubro de 1950.

²⁸ Ver: <http://portal.iphau.gov.br/pagina/detalhes/1478>. Acesso em: 17 jul. 2023.

supliciados. Com o advento da Reforma Psiquiátrica e das novas formas de tratamento, imagens sugeridas pela documentação arroladas neste artigo causam perplexidade. É imperativo preservar essas memórias e usá-las como denúncia para que nunca mais se repitam.

Referências bibliográficas:

- Araújo, J. H. Q.; Fernandes, R. (2021). O Museu Bispo do Rosario e a transformação da Colônia Juliano Moreira: a trajetória de um espaço de arte e saúde mental. *In: W. Melo; J. H. Q. de Araújo; A. F. S. Nunes (Org.). Imaginário em exposição, manicômios em desconstrução.* (pp. 72-84). Divinópolis, MG: Mosaico Design Gráfico.
- Borba, F. S. (Org.). (2011). Dicionário Unesp do português contemporâneo. Curitiba: Piá.
- Borges, V. T. (2017). Memórias difíceis: Hospital Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso. *Museologia e Patrimônio*, v. 10, pp. 105-127.
- Borges, V. T. (2018). Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. *Revista Tempo & Argumento*, v. 10, pp. 310-332.
- Bulhões, G. C. (2017). *Museus para o esquecimento: seletividade e memórias silenciadas nas performances museais.* (Dissertação de Mestrado não publicada). Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- Claudino, L. P. G. (2017). *Museologia Social em museus convencionais: um estudo de caso na Cidade de Goiás.* (Monografia de graduação não publicada). Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- Cruz Junior, E. G. (2016). Conhecendo o mundo interior: museu, arte e loucura. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 5, pp. 168-185.
- Dias, P. B. (2003). *Arte, loucura e ciência no Brasil: as origens do Museu de Imagens do Inconsciente.* (Dissertação de Mestrado não publicada). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ.
- Guimarães, M. L.; Ribeiro, E. (2021). O Museu de Arte Osório Cesar e a abertura de novos horizontes sobre a produção artística do Juquery. *In: W. Melo; J. H. Q. de Araújo; A. F. S. Nunes (Org.). Imaginário em exposição, manicômios em desconstrução.* (pp. 9-20). Divinópolis, MG: Mosaico Design Gráfico.
- Magalhães, S. M. (2014). *Males do Sertão: alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX.* Goiânia: Cânone Editorial.
- Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, pelo dr. Olegário H. da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1914. (2004). *In: Memórias Goianas 17.* (pp. 76-140). Goiânia: Ed. UCG.
- Montiel, R. (1977). Arquivos: memórias vivas de Goiás: a criação de uma instituição de arquivo na cidade de Goiás. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 21, pp. 51-77.
- Moutinho, M. (1993). Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia* nº 1, pp. 7-9.
- Nepomuceno, T.; Boita, T. (2020). Apresentação. *In: T. Nepomuceno; C. C. P. Moraes; T. Boita (Org.). Revista Arquivo do Museu das Bandeiras.* (pp. 5-8). Jundiá: Paco Editorial.
- Nora, P. (1993). Entre História e Memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, pp. 07-28.

- Paula, É. M. (2011). Os sons do silêncio: o louco e a loucura em Goiás. (Dissertação de Mestrado não publicada). Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n.3, pp. 3-15.
- Santos, R. O. R. (2020). *História da loucura: o projeto do manicômio Aduino Botelho de Goiânia*. São Paulo: Fonte Editorial.
- Souza, R. B. (2014). *Pobreza, doenças e caridade em Goiás: uma análise do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1935)*. Jundiaí-SP: Paco Editorial.
- Souza, R. B.; Tavares, M. B. (2022). As correspondências enviadas pelos presos da cadeia da Cidade de Goiás na década de 1930. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, v. 7, pp. 96-109.